

Dia Mundial do Meio Ambiente e o impasse dos lixões no Brasil

Postado em: 05/06/2020 às 19h46

***Yuri Santos** Nesta sexta-feira, dia 5 de junho, é comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente, mas a data não pode ser celebrada da forma como gostaríamos. Neste ano, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que estabelece a erradicação dos chamados lixões a céu aberto, completa dez anos e está longe de sair do papel. Enquanto isso, acumulam-se na mesma proporção das montanhas de lixo os danos ambientais e os graves problemas à saúde dos brasileiros. A lei que determina o fechamento de todos os lixões e a destinação de rejeitos - aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado -, quase nada avançou quando o assunto é a erradicação dos lixões em todo o país, apesar de 60% das cidades brasileiras ainda manter os chamados lixões a céu aberto (3353 municípios), causando graves danos ambientais e à saúde da população. Neste contexto e sob o ponto de vista da saúde pública, além do aparecimento de várias doenças como dengue, febre amarela, zika e chikungunya, parasitoses e tantas outras, aliadas à estrutura deficitária e escassez de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), somam-se os elevados custos sociais e econômicos nos gastos públicos do município, Estado e União. Outro dado extremamente preocupante: as chamadas zoonoses – doenças infecciosas capazes de ser naturalmente transmitidas entre animais e seres humanos – representam 60% de todas as doenças infecciosas em humanos e estão em ascensão devido à destruição dos habitats selvagens, decorrentes das mais diversas atividades econômicas. Ou seja; em grande escala, essas doenças, além dos impactos negativos na vida em comunidade afetam, de maneira extremada, o tripé da sustentabilidade – a economia, a sociedade e o meio ambiente. Em relação às propostas para a destinação e tratamento ambientalmente corretos ao lixo, em todas as suas classificações, a primeira passa por investimentos massivos, de forma planejada e responsável, em alternativas sustentáveis e com ganhos substanciais para a saúde, a economia e o meio ambiente com todas as complexidades que lhe são afetadas. Uma tecnologia japonesa é considerada a melhor aposta para o tratamento de resíduos sólidos urbanos, industriais, de agronegócio e hospitalar, a qual reduz em até 95% o volume dos resíduos e está totalmente dentro das normas ambientais. Chamada de “DTRO5”, trata-se de um equipamento de grande porte (5 toneladas) para decomposição de resíduos por meio de plasma frio, que pode integrar uma Usina de Tratamento de Resíduos Urbanos. Funciona com a presença de oxigênio ionizado e decompõe a temperaturas inferiores a incineradores convencionais, gerando o mínimo de poluentes e dispensando totalmente a utilização de aterros sanitários, já proibidos desde 2010. Com capacidade para tratar 210 kg de lixo por hora, somente uma atende às necessidades de um município de até 20 mil habitantes, por exemplo. Vale destacar a triagem de todo o resíduo feita antes de dar entrada no maquinário, o que torna indispensável a colaboração de Associações de Catadores de Papel. A solução é amplamente utilizada no Japão, país 22,5 vezes menor que o Brasil. Entre os diferenciais técnicos da máquina está a não utilização de combustíveis ou fontes de energia externa para o processo de tratamento. Ou seja: o lixo é o próprio combustível e 100% da matéria resultante é aproveitável e pode ser usado como adubos, insumos para cimenteiras, fabricação de bloquetes, entre outros. Vidros e metais são reaproveitados e vendidos como material reciclado. A utilização da máquina possibilita ainda o tratamento do Passivo Ambiental de Resíduo Urbano, localizado em aterros irregulares ou desativados. ***Diretor de operações da Direção Máquinas e Equipamentos - Demaq**